



## Discussão sobre o Plano de Carreira avança em Comissão

*Servidores, porém, são minoria e precisam pressionar para ter propostas atendidas e evitar que a Carreira se limite a mais um PCS*

Nesta quinta-feira, 12, haverá mais uma reunião da comissão interdisciplinar que discute o Plano de Carreira dos servidores. A luta dos representantes da Fenajufe na comissão é para que o resultado do trabalho não seja mais um projeto de revisão do PCS. Para isso, em cada ponto discutido os coordenadores da Federação insistem para incluir os itens aprovados na reunião ampliada do final de novembro do ano passado. Na reunião do dia 5 foram definidos os seguintes pontos:

1- Criação da Área de Atividade de Gestão de Tecnologia da Informação;

2- Limitar a nomeação do Oficial de Justiça *ad hoc* como forma de valorizar os Oficiais de Justiça e garantir um aumento do seu quadro no Judiciário Federal;

3- Definição do percentual da GAE e da GAS em 35% em cima do último vencimento, conforme deliberação da reunião ampliada da Fenajufe.

Além desses encaminhamentos, também ficou definida a discussão sobre Área de Atividade de Gestão de Tecnologia da Informação e Área de Segurança Institucional e Transporte. Na avaliação da Fenajufe, a criação dessas duas áreas é importantíssima

para os órgãos do Judiciário Federal, uma vez que a sua criação evitará a terceirização. Na comissão, segundo o coordenador da Fenajufe, há acordo para impedir a terceirização em áreas de atividades que forem definidas na Lei.

A comissão também se mostrou receptiva à proposta de criação do Conselho e da Escola de Formação e ficou definido que três representantes dos tribunais realizarão uma pesquisa em áreas em que já existe essa experiência, sendo que a Fenajufe poderá encaminhar mais subsídios para a discussão.

### MINORIA

Saulo Arcangeli, coordenador da Fenajufe, afirma que a minuta fechada na comissão interdisciplinar ainda será encaminhada para os tribunais superiores, onde será apreciada e votada, e em seguida enviada ao Congresso Nacional como Projeto de Lei. “É importante dizer que os pontos aprovados na comissão interdisciplinar podem ser mudados através da pressão da categoria nas demais etapas de sua tramitação. Por isso precisamos estar atentos e vigilantes em todo este processo, pois na comissão somos minoria e muitas das propostas provenientes da categoria não são acolhidas pelos representantes dos tribunais Superiores”, ressalta Saulo.

### MOBILIZAÇÃO

Ao longo das últimas reuniões vários pontos já foram aprovados, alguns favoráveis e outros contrários às propostas dos servidores. Na avaliação de Saulo, o debate na comissão vem se intensificando, embora as discussões estejam sendo guiadas pelos artigos dos PCS 3. “Precisamos ficar atentos para que o resultado não seja mais um Plano de Cargos e Salários. O que os servidores querem e precisam é de um verdadeiro Plano de Carreira, conforme demonstraram durante as diversas discussões realizadas ao longo de 2008 nos Estados e em nível nacional”, diz ele.

### JURÍDICO

O SINTRAJUSC irá manter os servidores informados sobre os desdobramentos do trabalho da Comissão. Na luta pela Plano de Carreira nada está ganho e nada virá de graça. A partir de agora a mobilização precisa crescer cada vez mais.

Já nos dias 13 e 14 três coordenadores do Sindicato irão a Brasília para o XV Encontro Nacional do Coletivo Jurídico da Fenajufe. Na próxima semana, portanto, haverá mais novidades!

**LEIA NO VERSO OUTROS  
PONTOS JÁ APROVADOS  
NA COMISSÃO**

## Luta no Pleno por cargos

Míriam Abreu



Proposta irá para o CSJT

O SINTRAJUSC fez nesta segunda-feira, 9, na sessão administrativa do Pleno do TRT12, a sustentação oral em defesa da criação de 334 cargos no Tribunal. Durante 10 minutos, o coordenador Luiz Severino Duarte justificou a reivindicação, afirmando que, com o aumento na carga processual, o servidor vem realizando jornadas de trabalho de até 12 horas. Isso prejudica tanto a saúde quanto os direitos legalmente conquistados pelos trabalhadores. Após as deliberações foi aprovada a proposta da Administração do TRT. Veja a defesa na íntegra em [sintrajusc.blogspot.com](http://sintrajusc.blogspot.com)

### CARGOS E VARAS

A Presidência do Tribunal apresentou uma exposição de motivos propondo a criação de 194 novos cargos na Justiça do Trabalho catarinense – 80 de analista judiciário e 114 de técnico. Também foi proposta a criação de duas novas varas do trabalho, uma em Navegantes e outra em São Bento do Sul.

O objetivo da proposta é adequar a estrutura funcional à Resolução 53/08 do Conselho Superior da Justi-

ça do Trabalho (CSJT), equiparando o número de servidores nas unidades que estão abaixo da lotação-padrão definida pela norma. A proposta agora segue para análise do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e CNJ, que vão deliberar sobre a transformação em Projeto de Lei para o encaminhamento ao Congresso Nacional. Em vigor desde o dia 10 dezembro do ano passado, a Resolução busca uniformizar a estrutura administrativa da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau em âmbito nacional.

### CRITÉRIOS

O entendimento no Pleno foi o de que, neste momento, deveriam ser atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução para garantir a aprovação da proposta. Isso, porém, não invalidaria o posterior questionamento desses critérios. O prazo para encaminhamento ao CNJ, etapa seguinte à análise no CSJT, é 15 de abril. A direção do SINTRAJUSC avaliou que os critérios devem, sim, ser questionados, visto que a Resolução não atende a realidade do TRT12.

Por isso essa luta não pode parar, até porque o envio da proposta da Administração ao CSJT por si só não garante a criação dos cargos, e das Varas.

**LEIA MAIS NO  
JORNAL O GRITO**

## PLANO DE CARREIRA

### CONFIRA ABAIXO OS PONTOS QUE JÁ FORAM DISCUTIDOS E APROVADOS PELA COMISSÃO

- 1-Criação do cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal.
- 2-Exclusão da proposta da Fenajufe de criação do cargo de Auxiliar de Apoio Judiciário [quarto cargo].
- 3-O deslocamento do servidor a pedido ou no interesse da administração se dará por redistribuição ou remoção [representantes dos tribunais apresentarão critérios para a remoção].
- 4-Ocupação de FCs: 100% da carreira e 80% do quadro. Ocupação de CJs: 80% da carreira e 60% do quadro. Foi aprovada a realização de um estudo em todos os órgãos do Poder Judiciário para saber a quantidade de FCs e CJs, com o respectivo impacto orçamentário. O objetivo é, a partir do resultado do estudo, discutir a proposta da Fenajufe de redução das funções e demais critérios para ocupação de FCs e CJs.
- 5-Proibição da terceirização nas áreas de atividades e atribuições.
- 6-Transformação da GAJ em GJ [Gratificação Judiciária].
- 7-Transformação da GAE em GEM [Gratificação de Execução de Mandados] e da GAS em GS [Gratificação de Segurança].
- 8-Definição da Carreira Judiciária como Exclusiva de Estado.
- 9-Manutenção do artigo contra o nepotismo, já previsto no PCS 3.
- 10-Os órgãos do Poder Judiciário Federal poderão incluir, preferencialmente, como etapa do concurso público, programa de formação, de caráter: a) eliminatório, b) classificatório ou c) eliminatório e classificatório. A proposta da Fenajufe de ser apenas classificatório não obteve êxito na comissão.
- 11-A partir do documento sistematizado com o resultado da reunião ampliada da Fenajufe, serão discutidos ainda os seguintes temas: cargos, áreas de atividade, atribuições e requisitos de escolaridade e desenvolvimento na carreira [progressão e promoção funcional].

De acordo com Saulo Arcangeli, durante o debate sobre a remuneração, ele apresentou a proposta da progressão vertical e horizontal, conforme aprovado na reunião ampliada. Ficou acordado que essa proposta da Fenajufe será encaminhada para os órgãos competentes dos tribunais superiores analisarem e apresentarem um parecer para debate na comissão interdisciplinar.

*Com informações da Fenajufe*